



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000372073

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0005385-17.2024.8.26.0509, da Comarca de Araçatuba, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado WELINGTON CUSTODIO PEREIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso ministerial, a fim de cassar a decisão recorrida, determinando o retorno do sentenciado WELLINGTON CUSTÓDIO PEREIRA ao regime fechado e, em seguida, a sua submissão a exame criminológico, bem como que o MM. Juízo a quo proceda à ulterior apreciação do preenchimento (ou não), pelo agravado, do requisito subjetivo demandado para a progressão ao regime semiaberto. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores XAVIER DE SOUZA (Presidente) E ALEXANDRE ALMEIDA.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

GUILHERME G. STRENGER

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 60923

Agravo em Execução nº 0005385-17.2024.8.26.0509
Comarca: Araçatuba (Execução nº 0005385-17.2024.8.26.0509)
Juízo de Origem: DEECRIM UR2
Juiz(a): Fernando Baldi Marchetti
Órgão Julgador: 11ª Câmara
Agravante: JUSTIÇA PÚBLICA
Agravado: WELLINGTON CUSTÓDIO PEREIRA

VISTOS.

Trata-se de agravo em execução interposto pela *JUSTIÇA PÚBLICA* em face da decisão do MM. Juízo do DEECRIM UR2 da Comarca de Araçatuba, que promoveu o sentenciado WELLINGTON CUSTÓDIO PEREIRA ao regime semiaberto (fls. 24/25 – 13.09.2024).

A agravante (fls. 01/08) postula a cassação da r. decisão e a submissão do agravado a exame criminológico, sob o argumento de não se achar preenchido o requisito subjetivo demandado para a outorga da benesse executória penal em questão.

Contraminutado o recurso (fls. 127/133) e mantida a r. decisão (fls. 134), em seu parecer a douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo provimento do agravo ministerial (fls. 144/147).

É o relatório.

Insta anotar, desde logo, que, com o advento da Lei nº 10.792/03, entendia-se que o exame criminológico não se via abolido do cenário da execução penal; havia, tão-só, a inversão da regra sistêmica estabelecida desde a Lei nº 7.210/84, relegando-se tal exame pericial para situações extraordinárias, nas quais, antes da análise da benesse executória penal requerida, fosse necessário o recurso a um meio mais preciso de aferição das reais condições de ressocialização do indivíduo preso.

Manifesto, portanto, que o Juízo das Execuções poderia determinar a realização do mencionado exame criminológico, desde que, atento às particularidades da hipótese concreta e de forma motivada, entendesse

necessário.

Reforçando a conclusão sobre a adequação do exame criminológico para aferição do mérito do sentenciado, a Lei nº 14.843/2024 acrescentou o § 1º ao art. 112 da LEP, estatuinto que *“Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão”*.

A esta altura, imperioso salientar que, em nova reflexão sobre o tema, convenci-me, amparado em precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça (HC 914.927), que a Lei 14.843/24, que acrescentou o § 1º ao art. 112 da LEP, não pode retroagir.

Todavia, na hipótese, o exame criminológico não será realizado por força obrigatória da nova lei, mas, sim, por que devidamente justificada a sua realização no caso concreto.

Explico.

Em razão do exposto, passo à

análise da pretensão da agravante, relativa à cassação da decisão que concedeu a WELLINGTON CUSTÓDIO PEREIRA a progressão ao regime semiaberto.

Na espécie, o sentenciado resgata pena de pouco mais de 12 (doze) anos de reclusão, com TCP para 05.03.2031, pela prática de crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico.

Em 13.09.2024, foi-lhe concedida a progressão ao regime semiaberto (fls. 24/25).

A passagem de regime pode ser efetuada quando o preso tiver cumprido, no regime anterior, o percentual da pena exigido pelo artigo 112, da Lei de Execução Penal (com a nova redação dada pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019) e ostentar bom comportamento, assim comprovado pelo diretor do estabelecimento e respeitadas as demais normas que vedam a progressão.

Ao que consta da decisão atacada, o agravado cumpriu o lapso temporal mínimo necessário à progressão de regime e

apresenta atestado de bom comportamento carcerário.

Entretanto, compulsados os autos, constata-se que o sentenciado, além de ser reincidente e ostentar envolvimento em crime gravíssimo, equiparado a hediondo (tráfico de entorpecentes), voltou a delinquir após ser beneficiado com a progressão para o regime aberto, em 31/03/2021 (fls. 09/12), o que recomenda cautela na apuração do requisito subjetivo.

Deste modo, forçoso reconhecer que pairam dúvidas acerca das condições de reintegração do sentenciado à sociedade.

Assim, mostra-se mais do que necessário o imediato retorno do agravado ao regime fechado e, em seguida, a sua submissão a exame criminológico, para apuração de suas reais condições de reinserção social.

Nesse sentido vem decidindo esta Colenda 11ª Câmara de Direito Criminal:

***“1-) Agravo em Execução Penal.
Irresignação ministerial. Parcial
provimento a fim de cassar decisão***

recorrida para que o juízo a quo determine a realização de exame criminológico. 2-) Sentenciado que cumpriu lapso temporal necessário para a progressão de regime, ostenta bom comportamento carcerário e não registra a prática de infrações disciplinares recentes. No entanto, o deferimento do benefício reclama maior cautela, especialmente porque os delitos praticados pelo agravado (homicídio qualificado e três estelionatos) são, de fato, concretamente graves, inclusive, há emprego de violência e/ou grave ameaça à pessoa. 3-) Nesse caso, forçoso que o Magistrado, antes de decidir sobre o mérito, determine a realização do exame criminológico para avaliar se o agravante possui aptidão psicológica à progredir de regime e indicação concreta de que não voltará a delinquir. 4-) Recurso provido em parte, com determinação” (TJSP - Agravo de Execução Penal

**0005115-21.2023.8.26.0026 — Rel.
Des. Tetsuzo Namba- j. em
29.08.2023).**

***“Execução penal — Progressão para
o regime semiaberto — Presença do
requisito objetivo e prova de bom
comportamento carcerário —
Agravado condenado por crimes
graves contra o patrimônio, sendo
alguns deles cometidos com
violência ou grave ameaça contra a
pessoa — Longa pena a ser
cumprida — Necessidade de
realização de exame criminológico
no caso concreto para apuração
das condições de reintegração à
sociedade — Recurso provido” (TJSP
- Agravo de Execução Penal
0006580-02.2022.8.26.0026 — Rel.
Des. Alexandre Almeida — j. em
02.12.2022).***

***Ante o exposto, dá-se
provimento ao agravo, a fim de cassar a decisão
recorrida, determinando o retorno do***

sentenciado WELLINGTON CUSTÓDIO PEREIRA ao regime fechado e, em seguida, a sua submissão a exame criminológico, bem como que o MM. Juízo *a quo* proceda à ulterior apreciação do preenchimento (ou não), pelo agravado, do requisito subjetivo demandado para a progressão ao regime semiaberto.

GUILHERME G. STRENGER
Relator